

**A PRODUÇÃO ESCRITA SOBRE TRABALHO DOCENTE NA EDUCAÇÃO SUPERIOR:  
REVISTA UNIVERSIDADE E SOCIEDADE (2007-2016)**

**LA PRODUCCIÓN ESCRITA SOBRE TRABAJO DOCENTE EN LA EDUCACIÓN  
SUPERIOR: REVISTA UNIVERSIDAD Y SOCIEDAD (2007-2016)**

**THE WRITTEN PRODUCTION ON TEACHING WORK IN HIGHER EDUCATION:  
UNIVERSITY AND SOCIETY MAGAZINE (2007-2016)**

Michelle Karoline Pereira da Silva<sup>1</sup>

André Rodrigues Guimarães<sup>2</sup>

**Resumo:** O presente trabalho analisa as produções escritas sobre Trabalho Docente na Educação Superior no período de 2007 a 2016, na Revista *Universidade e Sociedade*. Trata-se de pesquisa bibliográfica com predominância qualitativa. Os resultados deste estudo revelam que os temas mais recorrentes tratam sobre precarização, intensificação, produção e produtivismo acadêmico, bem como os impactos da reforma e contrarreforma universitária particularmente em função do REUNI. Algumas questões específicas precisam ser mais exploradas, como saúde, aposentadoria, assédio moral e identidade docente no contexto da contrarreforma da educação superior.

**Palavras-chave:** Trabalho Docente; Educação Superior; Produção acadêmica.

**Resumen:** El presente trabajo analiza las producciones escritas sobre Trabajo Docente en la Educación Superior en el período de 2007 a 2016, en la Revista *Universidad y Sociedad*. Se trata de una investigación bibliográfica con predominancia cualitativa. Los resultados de este estudio revelan que los temas más recurrentes tratan sobre precarización, intensificación, producción y productivismo académico, así como los impactos de la reforma y contrarreforma universitaria particularmente en función del REUNI. Algunas cuestiones específicas necesitan ser más explotadas, como salud, jubilación, acoso moral e identidad docente en el contexto de la contrarreforma de la educación superior.

**Palabras clave:** Trabajo Docente; Educación universitaria; Producción académica.

**Abstract:** The present work analyzes the written productions on Teaching Work in Higher Education from 2007 to 2016, in the *University and Society Magazine*. It is a bibliographical research with qualitative predominance. The results of this study reveal that the most recurrent themes deal with precariousness, intensification, production and academic productivism, as well as the impacts of university reform and counterreformation particularly as a result of the REUNI. That some specific issues need to be explored, such as health, retirement, bullying and teacher identity in the context of the counterreformation of higher education.

**Keywords:** Teaching Work; College education; Academic production.

### **Introdução**

O presente trabalho analisa as produções escritas sobre Trabalho Docente na Educação Superior no período de 2007 a 2016 na Revista *Universidade e Sociedade*. Almejamos identificar os principais aspectos investigados em torno da temática, bem como contribuir com o fortalecimento e aprofundamento desse foco de investigação.

Optamos em realizar levantamento e análise dos artigos na referida Revista por se tratar de uma produção de entidade importante no processo de análise sobre a referida temática. Essa Revista se constitui em um espaço de debates de questões que dizem respeito à educação superior brasileira, tais como: estrutura da universidade, sistemas de ensino, relação entre universidade e sociedade, política universitária, política educacional, condições de trabalho, entre outros. Também se configura como espaço para a divulgação das lutas, dos esforços de organização e das realizações do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN)<sup>3</sup>.

Trata-se de pesquisa bibliográfica com predominância na abordagem qualitativa, que entendemos que melhor se aplica a este estudo. Adotamos como instrumentos a sistematização, a leitura e a análise dos dados. Iniciamos com a coleta de dados e análise quantitativa e, posteriormente, realizamos análise e interpretação de dados de forma qualitativa (DAL-FARRA; LOPES, 2013).

Os procedimentos se deram com a definição do descritor para selecionar o material a ser analisado; leitura das publicações; análise; e elaboração das conclusões preliminares. Destarte, como descritor de referência tivemos o Trabalho Docente na Educação Superior.

A seguir, apresentaremos os fundamentos para a análise acerca da categoria que deu origem a esse trabalho, a saber, o Trabalho Docente na educação superior. Em seguida, o mapeamento das produções acadêmicas na Revista Universidade e Sociedade sobre a temática, no período delimitado. A partir do mapeamento exporemos o que revelam as produções, ordenadas em eixos temáticos pelos objetos que focalizam: reforma e contrarreforma universitária; precarização e intensificação do trabalho docente; produção e produtivismo acadêmico; identidade docente; saúde do trabalhador docente; assédio moral da educação superior; e sindicalismo docente na educação superior. Por fim, destacamos os principais aspectos investigados em torno da temática e a necessidade de aprofundar o conhecimento em determinados focos temáticos.

### *Trabalho docente na educação superior: fundamentos para análise*

A categoria central que deu origem a esse estudo trata-se do Trabalho Docente na Educação Superior. Duarte *et al.* (2008) compreendem o trabalho docente como o que está para além da sala de aula ou processos que envolvam o ensino e a aprendizagem. Trata-se de questões mais amplas como participação do docente no planejamento das atividades, de propostas político-pedagógicas, do funcionamento como um todo da escola/universidade, de forma articulada e coletiva para realização do seu trabalho.

O trabalho docente passa por ampla reestruturação, sobretudo em função da reforma do aparelho do Estado. Esse movimento visa adaptar o país às novas demandas do processo de globalização em curso. Isso implica, dentre outras questões, em ressignificar a educação e o trabalho docente para atender as necessidades do mercado (DOURADO, 2002).

Maués (2010) destaca que analisar a categoria trabalho docente na educação superior se constitui em um desafio importante tendo em vista os impactos das reformas educacionais, as quais têm como

marco a mercantilização da Educação Superior ocorrida a partir dos anos de 1970. Essas transformações emergem da crise de acumulação do capital, a qual implicou na configuração de novos fatores que envolveram, entre outras questões, o barateamento da mão de obra, a flexibilização do trabalho, as políticas de ajuste fiscal e as privatizações, inclusive de serviços públicos.

Guimarães (2014, p. 44) sinaliza que “a análise sobre o trabalho docente na educação superior não pode ser descolada da discussão sobre a reconfiguração da produção capitalista”. É necessário o esforço para a compreensão da totalidade do trabalho no capitalismo para que se localize o trabalho docente universitário na contemporaneidade, bem como entender as transformações/ressignificações ao qual passa esse trabalhador.

Trazemos à luz a perspectiva histórica de Marx (1996) sobre trabalho. Trata-se da “condição de existência do homem, independentemente de todas as formas de sociedade, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, por tanto, vida humana.” (MARX, 1996, p. 50). Conforme Frigotto (2010), nessa perspectiva, se entende o trabalho como categoria ontológica e econômica fundamental, como princípio educativo, forma mediante a qual o homem produz suas condições de existência (história), é o próprio ser humano, criador da realidade humana. No entanto, no modo de produção capitalista o trabalho perde o sentido de criador da vida humana e se transforma em alienador da vida do trabalhador.

Não obstante, as práticas educativas são subordinadas aos interesses do capital historicamente. Desta feita, na lógica capitalista há a necessidade de se reproduzir a força de trabalho moldada e subordinada para as novas formas de relações de produção. Assim, entendemos que as atuais reformas educacionais assumiram uma lógica neoliberal em que a educação passa a ser entendida como uma categoria de serviço não-exclusivo do Estado. Pode, portanto, ser privatizada.

Assim, o processo de privatização da educação superior brasileira assumirá novos contornos no contexto neoliberal. Para Mancebo (2010) a expansão privada em tal nível de ensino não se trata de um fenômeno novo, pois consiste-se em um movimento que ocorre desde a Reforma Universitária com a Lei nº 5.540/1968, elaborada e posta em vigor durante a ditadura militar. No entanto, ressalta a autora, a partir dos anos de 1990, acompanhada da redução de recursos para as instituições federais de ensino superior, se desencadeia de maneira profunda a expansão pela via privada, com viés mercantil. Sguissardi (2006), na mesma perspectiva, indica que nos últimos governos intensificaram-se instrumentos legais e medidas administrativas voltadas a uma política privatista.

Conforme Croso e Magalhães (2016), a problemática da privatização e desvalorização do setor público se insere em um contexto global. Esse movimento implica, entre outras questões, na constituição da educação enquanto serviço “público não-estatal”. Consolida-se nova identidade para o “público”, constituída por organizações ou formas de controle do público orientadas para atender interesses em geral. Configura-se “não-estatal” por estar fora do aparato do Estado, na perspectiva de política social.

De acordo com os dados oficiais do Censo da Educação Superior do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP), entre 1995 e 2015 foi ampliada a participação do setor privado no atendimento das matrículas em cursos de graduação. Em 1995 tínhamos quase 60% das

matrículas, já em 2015 esse índice passou para 75%. Reduziu-se, conseqüentemente, o atendimento público de aproximadamente 40% para 24,3%, no mesmo período. Cabe destacar que em 2015, 16% do total das matrículas são em cursos à distância – no setor privado 20,8% de suas matrículas são EaD. Percebe-se a crescente presença lógica mercantil no campo educativo, que fomenta a competitividade visando o lucro.

Para Maués (2010) esse aparato legal, bem como os percentuais do crescimento privado-mercantil na educação superior tem alterado a “missão” da Universidade e tem incidido diretamente sobre o docente, em alguns casos intensificando, noutros precarizando o trabalho desse profissional.

Essas mudanças tem sido objeto de estudo em diferentes áreas. Também no âmbito do movimento sindicais os estudos sobre a temática apresentam-se como elemento primordial para compreensão e intervenção no âmbito das políticas educacionais. A seguir analisaremos as produções acadêmicas sobre a temática publicada na Revista *Universidade e Sociedade*.

#### ***Mapeamento das produções acadêmicas na revista universidade e sociedade: 2007-2016***

No período de 2007 a 2016 obteve-se um volume de vinte revistas analisadas. A partir do descritor principal, Trabalho Docente no Ensino Superior, constatamos que, do total de 241 artigos produzidos nesse período, cinquenta abordam sobre a temática; destes, 28 artigos como temática principal, e 22 como secundária.

Os anos com maior número de trabalhos publicados sobre a temática foram 2008 e 2010, nos primeiros semestres. Em 2008 com sete trabalhos. Destes, seis realizaram a abordagem como temática principal e um como secundária. Já em 2010, do total apresentado quatro abordaram como principal e dois como secundária. Por sua vez, os anos que não apresentaram publicações com o descritor principal foram o segundo semestre de 2007, 2010 e 2016. Percebemos que as produções nos demais anos variavam entre um e quatro trabalhos. Acrescentamos que há a regularidade na discussão sobre o tema.

Em 2008, ano com maior produção em torno da temática, os trabalhos apresentaram como objetos de foco: produções e produtivismo acadêmico; precarização e intensificação do trabalho docente; saúde do trabalhador docente; identidade docente; e reforma e contrarreforma universitária por meio do REUNI. O trabalho docente na educação superior é analisado por diferentes aspectos, acompanhando a discussão sobre os acontecimentos políticos, econômicos e sociais.

Para este trabalho serão analisados os artigos que tratam a temática como categoria principal. Diante do levantamento realizado, os artigos foram organizados em eixos temáticos que agrupam os trabalhos que mais se aproximam pelo objeto que focalizam. Assim, chegamos a sete eixos temáticos que discutem a categoria Trabalho Docente na Educação Superior. Sendo eles: reforma e contrarreforma universitária; precarização e intensificação do trabalho docente; produção e produtivismo acadêmico; identidade docente; saúde do trabalhador docente; assédio moral da educação superior e sindicalismo docente na educação superior.

Observamos que o volume de produções acadêmicas se concentrou sobre os eixos precarização e intensificação do trabalho docente e Reforma e contrarreforma universitária produção com sete artigos cada. Seguindo, temos seis trabalhos que focalizam sobre produtivismo acadêmico docente. O eixo que trata sobre saúde do trabalhador apresenta três trabalhos. Os eixos identidade docente e sindicalismo docente da educação superior apresentaram dois artigos cada um. Sobre a temática assédio moral da educação superior há apenas uma produção.

### *O que revelam essas produções escritas?*

A partir do mapeamento realizado analisaremos<sup>4</sup> as produções escritas sobre trabalho docente na educação superior considerando os sete eixos temáticos apresentados dispostos na seguinte ordem: 1. Reforma e contrarreforma universitária, 2. Precarização e intensificação do trabalho docente na educação superior, 3. Produção e produtivismo acadêmico, 4. Identidade docente no ensino superior, 5. Saúde do trabalhador docente, 6. Assédio moral e 7. Sindicalismo docente na educação superior.

### *Reforma e Contrarreforma universitária*

As produções acerca da reforma e contrarreforma<sup>5</sup> universitária (LIMA, 2008; TONEGUTTI & MARTINEZ, 2008; CISLAGHI, 2011; GREGÓRIO, 2012; ZANIN *et al.*, 2013; SILVEIRA & NADER, 2010; ORLETTI, 2014) apresentam reflexões sobre as ações dos últimos governos em relação à educação superior. Essas ações se constituem importantes estratégias para transformar e usurpar as funções sociais da universidade pública que levam à precarização do trabalho docente, à desqualificação da formação profissional e à quebra entre ensino, pesquisa e extensão.

Uma das produções afirma que o conjunto de contrarreformas (da previdência, tributária e da educação superior) se apresentam em “absoluta consonância com as políticas dos organismos internacionais do capital para os países da periferia do sistema capitalista”, dentre os quais está o Brasil; continua dizendo que “o núcleo central da contrarreforma do Estado conduzida pelo governo está constituído pela retomada do conceito de público não-estatal” (LIMA, 2008, p. 70).

Compreendemos, com base nessas produções, que a reconfiguração do trabalho docente na educação superior é parte do processo de contrarreforma educacional decorrente da redefinição do papel do Estado no âmbito político, econômico e social (TONEGUTTI & MARTINEZ, 2008; CISLAGHI, 2011; ZANIN *et al.*, 2013; SILVEIRA & NADER, 2010).

Para Lima (2008), o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) tratou-se de uma etapa da contrarreforma do Estado brasileiro constituído como eixo norteador do governo de Lula. Este Programa se consistiu em um conjunto de medidas que se destinavam a incentivar o investimento privado, retirando obstáculos ao seu crescimento, que perpassavam por questões burocráticas, administrativas, normativas, jurídicas e legislativas. Trata-se, portanto, de se fortalecer o empresariado brasileiro e internacional,

sedentos por mercados lucrativos, o que é possível por meio da privatização de setores estratégicos do país, como a educação superior.

É válido destacar as ações de contrarreforma da educação superior, entre as quais há o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), apresentado pelo Decreto Presidencial nº 6.096 em 24 de abril de 2007. Este apresentou como objetivos, no prazo de cinco anos: aumentar do número de estudantes de graduação nas universidades federais; aumentar do número de alunos por professor em cada sala de aula da graduação; diversificação das modalidades dos cursos de graduação; flexibilizar dos currículos; criar dos cursos de curta duração; elevar a taxa de conclusão dos cursos de graduação para 90%; e estimular a mobilidade estudantil entre as instituições de ensino (BRASIL, 2007a).

Imbricado a esses objetivos devemos considerar as recomendações efetuadas por organismos internacionais, como: a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL); o Banco Mundial; a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE); e a Organização Mundial do Comércio (OMC). Tais organismos estabelecem paradigmas do conhecimento que devem ser produzidos nas instituições de Ensino Superior, condicionando a universidade à lógica do mercado. Os professores, nesse contexto, sofrem com pressões imensuráveis para que sejam produtivos e eficientes, alterando substancialmente seu trabalho (GREGÓRIO, 2012).

Outra ação da contrarreforma que impacta o trabalho docente nas universidades federais, alinhado ao REUNI, foi a Portaria Normativa Interministerial nº 22, de 30 de abril de 2007. Constituída como instrumento de gestão administrativa de pessoal, essa portaria criou o Banco de Professores-Equivalentes (BRASIL, 2007b).

A esse respeito, Lima (2008, p. 74) descreve que o Banco “foi construído dando-se a cada docente em exercício em determinado mês de 2007, um peso diferenciado, segundo a sua condição de trabalho”. A referência para a contratação de professores pelas universidades públicas federais é o professor adjunto, nível um, com 40 horas semanais. Dessa forma, docentes efetivos, com 40 horas e dedicação exclusiva, terão peso 1,55. Já os professores com 20 horas semanais representam peso 0,5 do professor equivalente.

Fica evidente que essas ações promovidas estimulam as universidades federais a contratarem professores em regime de trabalho de 20 horas, ou seja, o professor equivalente, especificamente para o trabalho em sala de aula, esvaziando o sentido do regime de trabalho em dedicação exclusiva.

Concordamos com Orletti (2014, p. 62) quando afirma que “essas políticas de submissão da universidade brasileira fazem-na ‘crescer para menos’”, acarretando, dentre tantas coisas, no desprestígio da universidade pública brasileira e na intensificação e precarização do trabalho docente, especialmente nas universidades federais, conforme veremos a seguir.

### *Precarização e intensificação do trabalho docente na educação superior*

Com base no contexto de reforma e contrarreforma apresentam-se, também, os artigos que focalizam a precarização e intensificação do trabalho docente (FERRAZ, 2008; FERENC & MIZUKAMI, 2008; LEMOS, 2010; LIMA, 2011; LEITE, 2011; SILVA, 2013; NISHIMURA, 2014). O conjunto desses trabalhos considera as alterações do mundo do trabalho no contexto do capital financeiro, bem como as alterações ocorridas no Estado brasileiro a partir da década de 1990.

Para Ferraz (2008), a precarização do trabalho se situa em um contexto de novas formas de potencializar a exploração. Por isso o tema da precarização e intensificação do trabalho docente se interliga com uma totalidade do trabalho que anuncia mudanças estruturais no modo de produção. Nesse viés, Lima (2011) declara que o papel do Estado no contexto de intensificação e precarização do trabalho é basilar. Pois, não se trata de diminuir as funções do Estado, mas redefinir suas funções criando arcabouço jurídico para garantir a movimentação do capital por novas áreas lucrativas e, conseqüentemente, intensificação do trabalho.

Nesse ensejo, Silva (2013) elucida uma questão importante, a dos professores substitutos. Para ele “o professor substituto é marcado por uma dupla possibilidade: a de ‘**estar substituindo**’ e a de ‘**ser substituído**’”, sendo que demarca, dentre tantos fatores, a precarização que acomete esse grupo de trabalhadores (SILVA, 2013, p. 58, grifo nosso).

Dessa forma, a inserção dos professores substitutos a esse quadro de intensificação e precarização está intimamente ligada às determinações e transformações que advêm do mundo do trabalho. Esse profissional encontra-se em um ambiente que naturalmente lhe exige “o acúmulo teórico, metodológico e prático da realidade”. Dessa forma, o mesmo compreende a importância de se inserir de forma voluntária, haja vista que seu contrato não vislumbra essa necessidade de participação em grupos de estudo, pesquisa e extensão, “extrapolando a sua carga horária, ao mesmo tempo em que exponencia seu desgaste físico e mental, prejudicando-os” (SILVA, 2013, p. 59).

Ferenc e Mizukami (2008), Lemos (2010), Leite (2011) e Nishimura (2014) reforçam que a precarização e intensificação subordinam o trabalho intelectual à lógica do capital, desencadeando na cultura da produtividade. Estão, também, imbricadas questões sobre as condições de trabalho dos docentes substitutos marcadas pela instabilidade, maximização do tempo e flexibilização das condições de trabalho, assim como da perda de direitos. Vajamos o que apresentam as publicações que focalizam as questões sobre produção e produtivismo acadêmico.

### ***Produção e produtivismo acadêmico***

Com base nessa premissa, o conjunto de produções (MAUÉS, 2008; SOBRAL & RAMOS, 2010; BOSI, 2011; MANCEBO, 2011; DE PAULA, 2012; GUIMARÃES, MONTE & FARIAS, 2013) com foco de análise sobre a produção e o produtivismo acadêmico apresenta elementos que problematizam o que vem ocorrendo com o professor universitário.

Para Bosi (2011), a “cultura da produtividade”, inicialmente, estava restrita ao exercício da pós-graduação *stricto sensu*. Porém, essa perspectiva se alastrou para o ensino da graduação, sendo que docentes

e estudantes passam a receber pressão para que sejam produtivos. A “cultura da produtividade” conduz o docente a uma produção pré-definida, limitando o espaço para a produção com proposições inovadoras, tendo em vista que, ao se buscar financiamento para pesquisas, dispostos através de editais, estes apresentam temas, planos metodológicos e a lista do que deve resultar do processo de investigação. Ou seja, sintetizam o quê investigar, como investigar e os resultados, em nada fazendo lembrar a autonomia que a ciência e o conhecimento podem desenvolver.

A partir da lógica mercadológica, o docente passa a ser um “empreendedor” da sua produção. Em contrapartida, a universidade precisa produzir para sobreviver, e assim transplanta princípios do mercado, como “fazer mais com menos”, discursos de eficiência e racionalidade que vêm da economia, implantados pelos organismos internacionais (MANCEBO, 2011).

Guimarães, Monte e Farias (2013) entendem que as exigências por mais produtividade impostas aos docentes universitários coadunam em maior envolvimento laboral desses trabalhadores, o que repercute em “três fenômenos característicos do trabalho docente na atualidade: o produtivismo acadêmico, a intensificação e a precarização do trabalho” (p. 43).

Nessa direção, conforme Maués (2008), Sobral e Ramos (2010) e De Paula (2012), temos as condições às quais o docente é submetido: achatamento salarial; diminuição dos recursos do ensino e da pesquisa; exigências de produtividade quantitativa; aumento no ritmo dos trabalhos em grupos de pesquisa, submetidos às agências de fomento, como a CAPES, por meio dos editais; necessidade constante de atualização do Currículo *Lattes*; e intensificação da jornada de trabalho, pela necessidade de complementação salarial com trabalhos extras. Isso tudo afeta em sua identidade enquanto docente universitário.

### *Identidade docente no ensino superior*

As transformações ocorridas com o trabalho do docente universitário, a partir da contrarreforma, acarretam, dentre tantos fatores, em modificar a identidade desse trabalhador, conforme Marques (2008) e Lampert (2015).

A esse respeito Marques (2008), motivada pela experiência vivenciada do movimento grevista em 2005, expôs sua interpretação sobre a identidade subjetiva profissional do docente universitário. Para a autora, “[...] crise institucional e crise existencial se articulam em uma suposta crise profissional [...] do docente público universitário, em particular, no âmbito da reforma educacional e da reforma da educação superior” (MARQUES, 2008, p. 143).

Esta mesma autora considera a necessidade de discussões e pesquisas sobre a questão da identidade e a questão pedagógica. A primeira é “relativa à autonomia dos professores frente ao controle e a regulação do Estado – em tempos de descentralização e de diversificação de fontes de financiamento”. Já a segunda diz respeito “à autonomia dos professores frente aos saberes dos especialistas, das ciências da educação e das tecnologias de informação e comunicação” (idem, p. 144).



Lampert (2015) analisa alguns aspectos do professor do ensino superior do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). Para este autor, a sociedade hodierna exige profissionais “competitivos, generalistas e versáteis, capazes de assumirem inúmeros papéis na mesma instituição” (LAMPERT, 2015, p. 77). Assim, o professor se vê obrigado a assumir múltiplos papéis nas funções básicas de ensino, pesquisa e extensão. Além disso, deve ser o catalizador e administrador caso se dedique à investigação, ou seja, projetos de extensão, no âmbito universitário.

As condições de trabalho docente na universidade elencadas por Lampert (2015) são aspectos fortalecedores do processo de precarização e essas condições de trabalho geram problemas na saúde do professor universitário. Vejamos o que dizem os estudos sobre essas questões.

### *Saúde do trabalhador docente universitário*

As produções sobre saúde do trabalhador docente universitário indicam problemas que o acometem, como o estresse, o cansaço, a estafa, a síndrome de *Burnout*<sup>6</sup>, dentre outras questões que expressam em números elevados de licença e afastamentos (SILVA, 2008; LACAZ, 2010; ZANIN, FREITAS e KÜNZLE, 2012).

Lacaz (2010), ao discutir sobre as implicações da lógica capitalista e a reestruturação produtiva, bem como os processos de precarização das condições do trabalho docente, sinaliza que ocorrem repercussões na saúde dos trabalhadores. Para ele, os efeitos psicossociais estão relacionados “a realidade do trabalho que implica [...] a produção de *serviços* acoplada às demandas da ‘clientela’ consumidora”. Concomitante a isso, implica a intersubjetividade “que exige uma grande mobilização da emoção, com importantes efeitos na esfera psicoafetiva e da saúde mental” (LACAZ, 2010, p. 54).

Zanin, Freitas e Künzle (2012) relatam as intervenções da Sessão Sindical Associação dos Professores da Universidade Federal do Paraná (APUFPR-SSind), apresentando a discussão da atuação do movimento sindical docente sobre a saúde da categoria. Revelam que a temática do adoecimento docente passou a ter caráter central na pauta de lutas do Sindicato em Congresso realizado em Belém, em 2010, sendo discutida em todos os setores (federal, estadual e privado).

De acordo com esses autores, este novo posicionamento sobre tal temática se deu a partir do 1º Encontro sobre Saúde do Trabalhador, realizado pelo ANDES-SN, em São Paulo, em 2009. Nele foi criado um conjunto consistente e completo de ações a serem realizadas pelo Sindicato Nacional e suas Seções Sindicais. Objetivou-se levar o Sindicato a se apropriar da produção acadêmica sobre a temática do adoecimento dos trabalhadores da educação. Observam que a questão da saúde docente tem ocupado um espaço cada vez mais central nas preocupações sindicais. No ANDES-SN, através da ação dos Grupos de Trabalho, sobretudo: Grupo de Trabalho em Política Educacional (GTPE); Grupo de Trabalho em Assuntos de Seguridade Social e Assuntos de Aposentadoria (GTSS/A); e Grupo de Trabalho em Ciência e Tecnologia (GTC&T).

O estudo evidencia, também, que embora existam pesquisas que tratem do adoecimento docente, o foco está nas condições e organização do trabalho e em suas relações com o adoecimento

docente em virtude de mudanças macroeconômicas, e não nas relações interpessoais estabelecidas entre docentes, bem como de fenômenos de violência vindos desta relação. Desta forma, compreendemos a necessidade de se explorar mais a temática sobre saúde, especificamente do docente universitário, no âmbito dessas transformações do mundo do trabalho. Outra questão que merece atenção trata-se do fenômeno do assédio moral presente nas organizações e nos ambientes de trabalho.

### *Assédio moral*

Iniciamos a discussão com Nascimento e Araújo (2014, p. 59), que afirmam que “o ambiente de trabalho é, e não poderia ser de outro jeito, cortejado por múltiplos olhares”. Dentre esses olhares estão as transformações econômicas, sociais, tecnológicas, políticas e culturais regidas pelo sistema de produção capitalista, consagrado por sua competitividade sem medidas. E, por isso, o fenômeno de assédio moral vem se tornando cada vez mais frequente no ambiente de trabalho das instituições de ensino.

Os autores apresentam resultados preocupantes em pesquisa realizada na Universidade Federal do Piauí, no campus Senador Helvídio Nunes de Barros, no sertão nordestino. Os professores participantes desse trabalho relataram questões sobre serem expostos a uma carga de trabalho excessiva, opiniões e pontos de vista ignorados, receber tratamento diferenciado com relação aos demais colegas e serem obrigados a realizar um trabalho abaixo do seu nível de formação.

Outras questões apresentadas pelos docentes participantes da pesquisa tratam sobre serem ignorados ou recebidos com uma reação hostil ao tentar uma aproximação, sendo constantemente lembrados dos seus erros e omissões e serem pressionados a não reclamar um direito que teriam (por exemplo, afastamento do trabalho, férias, adicional de salário, bônus, despesas de viagem, etc.). Outros problemas apresentados foram submissão a sarcasmos, brincadeiras excessivas, sinais ou dicas de que deveriam pedir demissão ou largar o trabalho, ameaça de violência ou abuso físico, violência real, dentre outros fatores.

Todas essas questões provocam inquietações e preocupações, sendo que mesmo no ambiente universitário, em tese, composto por profissionais esclarecidos, ocorrem situações de assédio moral. É válido frisar que a discussão sobre esse fenômeno nos últimos anos ganha “destaque e relevância no mundo do trabalho” e está vinculada à precarização do trabalho (NASCIMENTO; ARAÚJO, 2014, p. 67). Essas e outras questões que embasam as discussões dos sindicatos, em especial o dos professores universitários.

### *Sindicalismo docente no ensino superior*

Nesse processo de reestruturação, a ressignificação do trabalho docente frente às demandas do capital, os sindicatos dos trabalhadores se colocam enquanto mecanismos de luta em defesa dos direitos da categoria. O ANDES-SN se propõe a isso, lutar pela valorização do trabalhador docente em um

contexto de profundas alterações do trabalho, precarização, intensificação e mazelas sendo vivenciadas na educação superior pública (CAVLAK, 2012; PAIVA & BAUER, 2016).

Temos dois trabalhos que apresentam como objeto de análise tratar sobre o sindicato. Um se propõe a refletir sobre as condições de trabalho no curso de História na Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), contextualizando essa realidade a situação mais ampla da universidade pública brasileira e a militância no Sindicato dos Docentes da UNIFAP (SINDUFAP) – Sessão Sindical do ANDES-SN (CAVLAK, 2012).

O outro trabalho elenca as principais discussões do sindicato docente universitário mexicano, que tocam questões como: autonomia universitária, fragilizada e manipulada pelas autoridades; perdas de direitos com as reformas; aligeiramento dos cursos; fragilidade do vínculo com as instituições de ensino de significativo número de trabalhadores, o que prejudica sua organização coletiva; entre outras questões que se assemelham à realidade brasileira (PAIVA & BAUER, 2016).

É vital compreender, a partir de Cavlak (2012) e Paiva e Bauer (2016), que, diante da conjuntura político-econômica que vivenciamos, a atividade sindical docente e sua articulação tem sido fundamental para a garantia de direitos usurpados, na garantia de condições mais humanas e, no limite, frear e retardar o avanço do sucateamento do ensino superior nacional.

### *Considerações*

Os estudos apontam que o trabalho docente no ensino superior passa por profundas transformações. Apresentam como base o amplo processo de mudanças no capitalismo, a crise estrutural que induz os processos de contrarreforma do Estado e da educação, que propõe um Estado mínimo frente às intervenções do mercado e a máxima neoliberal (menos Estado e mais mercado) nas relações comerciais, indo de encontro aos direitos sociais, entre os quais temos a educação, especificamente a de nível superior.

As produções revelam que os temas mais recorrentes tratam sobre precarização, intensificação, produção e produtivismo acadêmico, bem como os impactos da contrarreforma universitária (particularmente em função do REUNI). Contudo, há questões específicas que precisam ser mais exploradas (saúde, aposentadoria, assédio moral e identidade docente). Também se carece de estudos que tratem da temática nas instituições estaduais de ensino superior e no setor privado, pois a predominância de pesquisas realizadas tem como lócus as instituições federais, particularmente as universidades.

Esse estudo foi fundamental para perceber os impactos devastadores que ocorrem na educação pública superior, sobretudo na vida do trabalhador docente. Poderíamos até ousar dizer, diante desse cenário, que todo esse processo nos torna desumanizados, em detrimento da lógica que se estabelece pautada no mérito, individualismo, consumismo, negação de direitos sociais e opressão. Cabe-nos, nesse sentido, buscar por uma luta coletiva pela humanização.

### *Referências*

BRASIL, Presidência da República. **Decreto 6.096** de 24 de abril de 2007a. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – o REUNI. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/diretrizesreuni.pdf>>. Acesso em: 05 dez. 2016.

\_\_\_\_\_. MEC/MPOG. **Portaria Interministerial 22**, de 30 abr. 2007b, que constitui um banco de professores equivalentes em cada universidade federal. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/professor\\_equivalente.pdf](http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/professor_equivalente.pdf)>. Acesso em: 05 dez. 2016.

\_\_\_\_\_. MEC. INEP. **Sinopses estatísticas do Censo da Educação Superior: 1995 a 2015**. Brasília: MEC. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/educacao-superior>>. Acesso em: 11 jan. 2016.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. **Reforma universitária**: relatório do grupo de trabalho criado pelo decreto n. 62937/68. Brasília: Presidência da República, 1968.

BEHRING, E. R. **Brasil em Contra-reforma**: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2008.

BOSI, A. de P. Feios, sujos e malvados: intensificação do trabalho docente e produtividade acadêmica. **Universidade e Sociedade**, Brasília, n. 47, 2011.

CAMPOS, R. F. Construindo o professor competente: as determinações do campo do trabalho na reforma da formação de professores. **Reunião anual da associação nacional de pós-graduação e pesquisa em educação**. Minas Gerais. 2002.

CAVLAK, I. Na periferia da periferia: história na Universidade Federal do Amapá. **Universidade e Sociedade**, Brasília, n. 49, 2012.

CISLAGHI, J. F. Precarização e superexploração do trabalho docente: a expansão das matrículas e o aumento da relação professor/aluno. **Universidade e Sociedade**, Brasília, n. 47, 2011.

COUTINHO, C. N. **Contra a corrente**: ensaios sobre democracia e socialismo. 2 ed (revisada e atualizada). São Paulo: Cortez, 2008.

CROSO, C.; MAGALHÃES, G. M. Privatização da América Latina e no Caribe: tendências e riscos para o sistema público de ensino. **Educação e Sociedade**. Campinas, v. 37, n. 134, p. 17-33, jan/mar. 2016. Disponível em: <<http://periodico.puccampinas.edu.br/seer/index.php/reeducacao/article/view/108/96>>. Acesso em: 05 dez. 2016.

DAL-FARRA, R. A.; LOPES, P. T. C. **Métodos mistos de pesquisa em educação**: pressupostos teóricos. Nuances: estudos sobre Educação, Presidente Prudente: SP, v. 24, n. 3, p. 67-80, set./dez. 2013.

DOURADO, L. F. Reforma do estado e as políticas para a educação superior no Brasil nos anos 90. **Educação e Sociedade**. Campinas, vol. 23, n. 80, setembro, 2002, p. 234-252. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/es/v23n80/12931.pdf>>. Acesso em: 07 dez. 2016.

DUARTE, A.; OLIVEIRA, D. A.; AUGUSTO, M. H.; MELO, S. Envolvimento docente na interpretação do seu trabalho: uma estratégia metodológica. **Cadernos de Pesquisa**, v. 38, n. 133, p. 221-236, jan./abr. 2008.

DUARTE, N. **Conhecimento tácito e conhecimento escolar na formação do professor** (por que Donald Schön não entendeu Luria). Educ. Soc., vol.24, no.83, p.601-625. 2003.

FERENC, A. V. F.; MIZUKAMI, M. da G. N. Trabalho docente e condições de desenvolvimento profissional de docentes universitários. **Universidade e Sociedade**, Brasília, n. 41, 2008.

FERRAZ, C. L. Trabalho docente, precarização e a nova hegemonia do capital. **Universidade e Sociedade**, Brasília, n. 42, 2008.

FREIRE, P. Justificativa da pedagogia do oprimido. In: FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011. Cap. I.

FRIGOTTO, G. Educação como campo social de disputa hegemônica. In: FIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. São Paulo: Cortez, 2010. Cap. I.

- GREGÓRIO, J. R. B. de. O Reuni na UFF e os impactos no quadro de pessoal docente. **Universidade e Sociedade**, Brasília, n. 50, 2012.
- GUIMARÃES, A. R. **Trabalho docente universitário**: participação dos professores na materialização da contra-reforma da educação superior na UFPA. Tese de doutorado. 2014.
- GUIMARÃES, A. R.; MONTE, E. D.; MATTOS FARIAS, L. O trabalho docente na expansão da educação superior brasileira: entre o produtivismo acadêmico, a intensificação e a precarização do trabalho. **Universidade e Sociedade**, Brasília, n. 52, 2013.
- LACAZ, F. A. de C. Capitalismo organizacional e trabalho – a saúde do docente. **Universidade e Sociedade**, Brasília, n. 45, 2010.
- LAMPERT, E. O professor de educação superior no MERCOSUL: desafios e perspectivas. **Universidade e Sociedade**, Brasília, n. 55, 2015.
- LEITE, J. L. As transformações no mundo do trabalho, reforma universitária e seus rebatimentos na saúde dos docentes universitários. **Universidade e Sociedade**, Brasília, n. 48, 2011.
- LEMOS, D. Alienação no trabalho docente? O professor no centro das contradições. **Universidade e Sociedade**, Brasília, n. 45, 2010.
- LIMA, K. REUNI e banco de professor equivalente: novas ofensivas da contra-reforma da educação superior brasileira no governo de Lula da Silva. **Universidade e Sociedade**, Brasília, n. 41, 2008.
- \_\_\_\_\_. Precarização e intensificação: as novas faces do trabalho docente no Brasil. **Universidade e Sociedade**, Brasília, n. 47, 2011.
- MANCIBO, D. Trabalho docente na educação brasileira: mercantilização das relações e heteronomia acadêmica. **Revista Portuguesa de Educação**, 2010. p. 73-91.
- \_\_\_\_\_. Trabalho docente na pós-graduação. **Universidade e Sociedade**, Brasília, n. 48, 2011.
- MARQUES, M. R. A. Novo trabalho universitário e identidade docente. **Universidade e Sociedade**, Brasília, n. 41, 2008.
- MARX, Karl. **O capital**: a crítica da economia política. Livro I – volume I. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996
- MAUÉS, O. O produtivismo acadêmico e o trabalho docente. **Universidade e Sociedade**, Brasília, n. 41, 2008.
- \_\_\_\_\_. A reconfiguração do trabalho docente na educação superior. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. especial 1, p. 141-160. UFPR. 2010.
- MORAES, M. C. M. **Incertezas nas práticas de Formação e no Conhecimento docente**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.
- NASCIMENTO, D. A.; ARAÚJO, F. W. C. Assédio moral entre docentes da Universidade Federal do Piauí: sua promoção e seus males na pátria sertaneja. **Universidade e Sociedade**, Brasília, n. 54, 2014.
- NISHIMURA, S. P. A precarização do trabalho docente como necessidade do capital: um estudo sobre o REUNI na UFRGS. **Universidade e Sociedade**, Brasília, n. 53, 2014.
- ORLETTI, E. A universidade pública brasileira cresce para menos. **Universidade e Sociedade**, Brasília, n. 53, 2014.
- PAIVA, L. R. B. de; BAUER, C. Elementos do sindicalismo universitário mexicano – Da resistência ao processo de precarização do trabalho docente (1990-2010). **Universidade e Sociedade**, Brasília, n. 57, 2016.
- PAULA, M. de F. C. de. Políticas de avaliação da educação superior e trabalho docente: a autonomia universitária em questão. **Universidade e Sociedade**, Brasília, n. 49, 2012.
- SGUISSARDI, V. Reforma universitária no Brasil – 1995-2006: Precária trajetória e incerto futuro. **Educação & Sociedade**, Campinas, vol. 27, n. 96, pp. 1021-1056. 2006.

- SHIROMA, E. O.; EVANGELISTA, O. A colonização da utopia nos discursos sobre profissionalização docente. **Perspectiva**, Florianópolis, v.22, n.02, p.525-545. 2004.
- SILVA, G. A. G. C. Sob aparente desistência, trabalhadores do ensino sofrem, doentes com a síndrome de *Burnout*. **Universidade e Sociedade**, Brasília, n. 41, 2008.
- SILVA, H. T. de L. “Não vim pra ficar, estou só de passagem”: a precarizada vida dos professores substitutos da FASSO/UERN. **Universidade e Sociedade**, Brasília, n. 52, 2013.
- SILVEIRA, R. M. G.; NADER, A. A. G. Reformas educacionais e trabalho docente: itinerários contemporâneos para a alienação do trabalho intelectual? **Universidade e Sociedade**, Brasília, n. 45, 2010.
- SOARES, K. C. D. Trabalho e formação docentes: tendências no plano das Políticas e da literatura especializada. UFSC. GT: **Trabalho e Educação**. n. 09. Agência financiadora: CNPQ. 2008.
- SOBRAL, E.; RAMOS, S. R. A “noite da desatenção” na cidade do conhecimento: os significados ético-políticos do produtivismo no cotidiano acadêmico. **Universidade e Sociedade**, Brasília, n. 45, 2010.
- TONEGUTTI, C. A.; MARTINEZ, M. O REUNI e a precarização das Ifes. **Universidade e Sociedade**, Brasília, n. 41, 2008.
- ZANIN, F. da C.; FREITAS, J. A. R. de.; KÜNZLE, L. A. Estou doente profissionalmente: relato de experiência da APUFPR-SSind e reflexões sobre intervenções sindicais na saúde do trabalhador docente. **Universidade e Sociedade**, Brasília, n. 50, 2012.
- ZANIN, F. da C.; FREITAS, J. A. R. de.; KÜNZLE, L. A.; TOSTES, R. A. REUNI no campus de Palotina da UFPR: trabalho docente e ação sindical. **Universidade e Sociedade**, Brasília, n. 51, 2013.

---

### Notas:

- <sup>1</sup> Aluna do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Especialista em Política Educacional pela UNIFAP. Especialista em Educação Especial e Inclusiva pela FATECH. Graduada em pedagogia pela UNIFAP. Email: [michellesilvam12@gmail.com](mailto:michellesilvam12@gmail.com)
- <sup>2</sup> Professor de Política e Legislação Educacional da Universidade Federal do Amapá. Professor Permanente do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Amapá. Email: [andre\\_unifap@yahoo.com.br](mailto:andre_unifap@yahoo.com.br)
- <sup>3</sup> O ANDES-SN é um sindicato brasileiro fundado em 19 de fevereiro de 1981 na cidade de Campinas (SP), filiado à Central Sindical e Popular Conlutas (CSP-Conlutas). Para conhecer mais sobre este sindicato, bem como seu movimento e a luta em defesa dos direitos dos trabalhadores, acesse: <[www.andes.org.br/andes/portal.andes](http://www.andes.org.br/andes/portal.andes)>.
- <sup>4</sup> As análises das produções escritas consideram as temáticas apresentadas, não sendo realizada a descrição de todos os trabalhos.
- <sup>5</sup> Crítica teórica à natureza ideológica do termo reforma, o discurso de reforma do Estado se fundamenta em elementos de ajustes fiscais, escamoteia os reais interesses com a “reforma”, esse termo seria mais aceitável socialmente. Buscar aprofundamento em Coutinho (2008) e Behring (2008).
- <sup>6</sup> Sobre a síndrome de Burnout ou “queima da energia laboral”. Silva (2008) a caracteriza como a “Desistência do Trabalho”, estabelecendo dimensões como reação à tensão emocional crônica e exaustão emocional, um pouco do que vivencia o trabalhador docente.

Recebido em: 28-12-2017

Aceito em: 27-04-2018